



ENTAC2006

A CONSTRUÇÃO DO FUTURO XI Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído | 23 a 25 de agosto | Florianópolis/SC

EXCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO: ANÁLISE PRELIMINAR DE DUAS EMPRESAS CONSTRUTORAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Daniel K. Ohnuma (1); Francisco F. Cardoso (2)

(1) Centro de Tecnologia de Edificações Ltda – Gestão Empresarial em Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Responsabilidade Social. São Paulo, Brasil – e-mail: daniel@cte.com.br

(2) Departamento de Engenharia de Construção Civil – Escola Politécnica – Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil – e-mail: francisco.cardoso@poli.usp.br

RESUMO

Proposta: Embora evoluções tenham acontecido nos anos recentes, o texto faz a hipótese de que permanece um processo de exclusão social no setor da construção civil brasileiro. Estima-se que os operários dos canteiros de obras possuem baixos índices de escolaridade; não têm o hábito de ler e escrever; desconhecem seus direitos trabalhistas; possuem baixo poder aquisitivo; não possuem acesso aos serviços de saúde / odontológicos; convivem com a rotatividade excessiva no emprego; são analfabetos no mundo digital, entre outras privações sociais e humanas que inibem o seu desenvolvimento humano. Estas são consideradas dimensões da exclusão social provavelmente existente nos canteiros de obras e que estão sendo negligenciadas, e que o trabalho procurou investigar, para que, num segundo momento, possa haver um desenvolvimento com inclusão social no setor da construção civil. **Método de pesquisa/Abordagens:** Realizou-se, primeiramente, uma revisão das pesquisas estatísticas publicadas pelo IBGE, SEADE e DIEESE. Posteriormente, por meio de um estudo exploratório, foram entrevistados 58 operários que trabalham em duas empresas construtoras de edifícios paulistanas com a intenção de confrontar a realidade por eles percebida com a encontrada na bibliografia. **Resultados:** A pesquisa confirma a hipótese e revela que boa parte dos operários da construção civil desconhece seus direitos humanos e trabalhistas. Além disso, os aspectos constatados como o analfabetismo funcional e o analfabetismo digital atestam que o setor carece de uma política social consistente. **Contribuições/Originalidade:** Analisou-se o perfil sócio-econômico dos operários da construção civil sob a abordagem do desenvolvimento humano e da exclusão social.

Palavras-chave: desenvolvimento humano; empresas construtoras; exclusão social; operários da construção civil.

ABSTRACT

Propose: Although evolutions may have taken place in the recent years, this paper makes the hypothesis that a process of social exclusion in Brazilian civil construction industry still subsists. It is supposed that site workers have a low degree of scholarship; they do not have the habitude of reading or writing; they do not know their labor rights; they possess low purchasing power; they do not have access to the dental and health services; their turnover are extremely high; they are illiterate in the digital world, among others social and human beings privations which inhibit their human development. These are faces of the social exclusion process probably existing in site works and that have been neglected. The research investigates them, so that, in a second moment, it may have a development with social inclusion even in civil construction industry. **Methods:** The first step was a review of statistical yearbooks of the national institutions IBGE, SEADE and DIEESE. Secondly, in an exploratory study, 58 site workers, working to two building contractors working in Sao Paulo city, have been interviewed, aiming to compare their reality with findings of the literature review.

Findings: The results have confirmed the hypothesis and have shown that an important amount of site workers do not know their human and labor rights. Furthermore, aspects as the fact that they are digitally illiterate show that the industry do not have a consistent social politics. **Originality/value:** The social and economical profile of site workers of the building sector considering human development and social exclusion concepts.

Keywords: human development; contractors; social exclusion; site workers.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte de um problema que vem sendo debatido pela comunidade internacional, por governos, empresas e sociedade civil, por ameaçar o futuro da humanidade: a enorme desigualdade e exclusão social na distribuição da riqueza e do consumo e no acesso aos serviços sociais básicos (educação, saúde, trabalho, moradia, previdência social, saneamento, etc.), associada aos baixos índices de desenvolvimento humano.

Há em torno de 1,6 bilhão de pessoas que estão em situação pior do que há quinze anos em relação a renda, saúde e educação, destaca o *Relatório de Desenvolvimento Humano* de 1996, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1996). Dados mais recentes revelam que ainda existem por volta de 18 milhões de brasileiros vivendo em condições de pobreza humana (adultos analfabetos, pessoas sem saneamento básico) e com uma renda *per capita* inferior a média mundial e a da América Latina (PNUD, 2005). O Brasil é a 15ª economia mundial, mas ocupa a 63ª posição no *Relatório de Desenvolvimento Humano* de 2005 entre 177 países e a 109ª posição pelo *Índice de Exclusão Social (IES)*, que leva em consideração indicadores como: pobreza de renda, desigualdade de renda, emprego, alfabetização, escolaridade e violência (CAMPOS *et al*, 2004).

Com a introdução do conceito de desenvolvimento humano em 1990 e a publicação do primeiro *Relatório de Desenvolvimento Humano*, a visão do “desenvolvimento” tem passado por um processo de mudança fundamental. De acordo com Haq (1995) e Jahan (2003), o objetivo do desenvolvimento é criar um ambiente que permita às pessoas desfrutar de uma vida longa, saudável e criativa. Fortalecer, assim, as capacidades humanas – como, por exemplo, possibilitar melhores condições de saúde e ampliar o conhecimento e as habilidades das pessoas – e favorece o desenvolvimento humano, que é o fim último do desenvolvimento. Sem estas capacitações, muitas outras escolhas simplesmente não estão disponíveis e muitas oportunidades na vida mantêm-se inacessíveis, destacam os autores.

Sob esta nova abordagem, a exclusão social aparece como uma dimensão negativa do desenvolvimento humano. O conceito da exclusão social está associado ao processo que leva à negação dos direitos que garantem ao cidadão um padrão mínimo de vida. A falta de acesso a bens e serviços para o atendimento e satisfação das necessidades básicas (por exemplo, educação, saúde e alimentação) e a ausência de acesso à segurança, cultura, lazer, justiça, cidadania e representação política, são considerados aspectos da exclusão social (NAHAS *et al*, 1999). O enfoque do desenvolvimento humano também compartilha com outros enfoques a idéia de que é preciso remover restrições como analfabetismo, saúde precária e pobreza de renda, assim como com há necessidade de haver uma maior equidade na distribuição dos recursos e no acesso aos direitos humanos, sociais, políticos e econômicos (HAQ, 1995; SEN, 2000). Ampliar as oportunidades de acesso à educação e à saúde, para que se fortaleçam as capacitações humanas, pode conduzir uma pessoa excluída da sociedade a um maior poder de auferir renda mais elevada, aumentando as chances de livrá-la de um estado de privação e vulnerabilidade social (THE WORLD BANK, 2005). Ao analisar a região metropolitana de São Paulo e mapear a exclusão social no Brasil, respectivamente, Pochmann (2003) e Campos *et al* (2004) comentam que surge uma “nova exclusão” ao lado da velha e tradicional condição de vulnerabilidade social, abrangendo: cidadãos urbanos, da raça branca, com mais de 40 anos de idade, em sua maioria com nove anos de estudo, analfabetos do mundo digital e com desemprego recorrente. Compreender as razões dessa “nova exclusão” implica em se analisar “como” e “porquê” indivíduos e grupos não conseguem beneficiar-se das possibilidades oferecidas pelas sociedades e economias (NAHAS *et al*, 1999).

Este macro-contexto de privações humanas e oportunidades econômicas que envolvem sociedades, economias, empresas e pessoas, diz respeito a todos os setores industriais, inclusive a construção civil. Surge então a questão: como se situa o setor nesse contexto, sendo ele responsável pelo emprego de uma enorme parcela da população, além de ser reconhecido por altos índices de rotatividade, baixa qualificação da mão-de-obra e índices preocupantes de acidentes de trabalho? Será que esses indicadores de exclusão e de desigualdade social abrangem os operários que trabalham nos canteiros de obras das empresas construtoras? Sustentada pela hipótese central de que embora evoluções tenham acontecido nos anos recentes, permanece um processo de exclusão social em curso no setor da construção civil, inclusive nas regiões mais ricas do país, a presente pesquisa investiga essa questão, sob a ótica do desenvolvimento humano, analisando o perfil de operários que trabalham em duas empresas construtoras paulistanas.

A pesquisa não objetiva avaliar o ambiente interno da empresa e sua forma de organização e gestão empresarial, embora se reconheça que a política de gestão adotada pelas empresas afeta o desenvolvimento humano de seus funcionários (McGREGOR, 1999). A atenção deste trabalho está voltada às pessoas, ao seu perfil sócio-econômico e ao seu desenvolvimento humano.

Dowbor (2001) argumenta que uma vida com saúde, educação, cultura, lazer e informação é exatamente o que mais importa. Em outras palavras, o enfoque aqui não é que se deve melhorar a educação porque as empresas irão obter assim maiores índices de produtividade e serem mais competitivas, mas sim o de que a educação e a saúde constituem os objetivos últimos da sociedade, não sendo apenas instrumentos de desenvolvimento empresarial. A atividade econômica é um meio para melhorar as condições de vida das pessoas; o bem-estar social é o fim, complementam Haq (1995) e Sen (2001), precursores da abordagem do desenvolvimento humano.

A questão é que não há como separar o bem estar humano e as necessidades individuais das pessoas dos objetivos organizacionais (McGREGOR, 1999). Se não houver perspectiva de ter uma vida longa e saudável, ser educado ou instruído, ser participativo e ter um padrão de vida decente, não há como melhorar as condições de vida das pessoas e seu desempenho nas empresas. O ambiente de trabalho ou o contexto social em que vivem as pessoas influem de forma positiva ou negativa o desenvolvimento humano. A produtividade e a eficiência econômica das empresas também é prejudicada se não houver fortalecimento das capacitações humanas básicas dos indivíduos, destacam McGregor (1999) e Sen (2001). Em outros termos, uma pessoa que não tem atendido as suas necessidades básicas não pode se desenvolver de forma plena e assim contribuir com o desenvolvimento, qualidade e produtividade desejada pelas empresas; isso é ainda mais relevante quando se sabe que a construção civil depende da sabedoria e habilidade e autonomia de seus operários (FARAH, 1992).

2. OBJETIVO

Analisar o perfil sócio-econômico dos operários da construção civil atuando em empresas construtoras paulistanas sob a abordagem do desenvolvimento humano e da exclusão social, abrangendo aspectos sociais relacionados ao gênero, à raça e à etnia, à ocupação, ao nível de escolaridade, à qualificação profissional, à inclusão digital, às condições de saúde e segurança, ao trabalho e à renda, ao local de moradia e à participação na comunidade.

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório, precedido de uma revisão bibliográfica sobre os temas exclusão social e do desenvolvimento humano. Assim, para a definição e escolha dos aspectos da exclusão e do desenvolvimento a serem investigados entre os operários, serviram de referência os *Relatórios de Desenvolvimento Humano* do PNUD, a *PAIC – Pesquisa Anual da Indústria da Construção Civil* e a *PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, ambas elaboradas pelo IBGE.

Os trabalhos de outros autores especialistas no estudo de indicadores sócio-econômicos, de exclusão social e de desenvolvimento humano, também direcionaram a escolha; dentre eles, destacam-se os estudos de Limongi-França (1996); Nahas *et al* (1999); Pochmann (2003); e Campos *et al* (2004).

Sendo assim, os indicadores das condições de vida dos trabalhadores da construção civil, da exclusão social e do desenvolvimento humano determinados para a pesquisa exploratória de campo são:

- perfil social: raça/etnia, idade, gênero, local de moradia e ocupação/cargo;
- educação & cultura: escolaridade, hábito de ler e escrever, qualificação/certificação profissional, inclusão digital;
- trabalho & renda: jornada de trabalho, renda *per capita*, rotatividade, registro em carteira, desemprego;
- participação na comunidade/no ambiente de trabalho: filiação a sindicato, membro da CIPA, votação em eleições políticas nas esferas municipal, estadual e federal;
- saúde & segurança: consulta médica e odontológica, problema de saúde, acidente/doença, plano de saúde.

Em relação ao método e tamanho da amostra, no total, foram entrevistados 58 operários da construção civil, tendo como base a aplicação de um questionário, com perguntas abertas e fechadas; considerou-se que as entrevistas são os mais comuns dentre os instrumentos de coletas de dados de pesquisas sociais (RICHARDSON, 1999). De cada empresa, foram entrevistados por volta de 30% do total de funcionários ocupados no momento da coleta dos dados (fevereiro de 2006), incluindo mão-de-obra própria e a de subempreiteiros. Durante a pesquisa de campo, houve uma preocupação em abordar pessoas com diferentes ocupações nos canteiros de obras (encarregados, almoxarifes, pedreiros, carpinteiros, armadores, ajudantes, eletricitas, encanadores, cantineiros etc.).

Para procurar validar a coleta de dados do estudo exploratório, foram investigados os indicadores publicados nos *sites* especializados das seguintes instituições e agências estaduais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (www.ibge.gov.br); Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE (www.seade.gov.br); Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudo Sócio-Econômicos - DIEESE (www.dieese.org.br).

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Dados gerais das empresas e características da amostra

Ambas as empresas construtoras (A e B) investigadas atuam no subsetor de edificações há mais de 10 anos no mercado paulistano. A empresa “B” possui a certificação ISO 9001 e também atua em outros subsetores (saneamento e obras de arte especiais). A empresa “A” trabalha apenas na região metropolitana do município estudado. Em nenhuma delas, existem projetos ou ações sociais marcantes para os funcionários, além das definidas pelos acordos coletivos, como cestas básicas. Uma característica marcante nas duas empresas, principalmente por atuarem na região metropolitana de São Paulo, é a utilização da mão-de-obra própria, com registro em carteira. A contratação de subempreiteiros ocorre somente em serviços especializados, como instalações e impermeabilização. O canteiro de obras da empresa “A”, localizado na região do Tatuapé (zona leste), encontrava-se na fase de execução da estrutura em concreto armado e instalações. Na obra da empresa “B”, localizada na região de Pinheiros (zona oeste), a etapa construtiva era a execução da alvenaria, periferia de sub-solos e instalações elétricas e hidráulicas. A Tabela 1 traz a distribuição das ocupações dos entrevistados.

4.2 Indicadores de exclusão social e de desenvolvimento humano nas empresas estudadas

A análise dos resultados é baseada nas declarações dos 58 operários que foram entrevistados em dois canteiros de obras, um de cada uma das duas empresas construtoras estudadas. Simultaneamente, são avaliados os resultados de algumas pesquisas realizadas pelo IBGE, SEADE e DIEESE.

Tabela 1 – Quantidade de pessoas entrevistadas e respectivas ocupações nos canteiros de obras.

Cargos/Funções	Canteiro de obras “A”		Canteiro de obras “B”		Total (Amostra)
	Total	Amostra	Total	Amostra	
Encarregados (gerência)	02	02	03	02	04
Mestre de obras (gerência)	00	00	01	00	01
Almoxarife (oficial)	01	01	01	01	02
Auxiliar Almoxarife (ajudante)	01	01	00	00	01
Pedreiro (oficial)	17	06	06	03	09
Carpinteiro (oficial)	37	07	08	02	09
Armador (oficial)	11	03	04	01	04
Encanadores (oficial especializado)	11	02	09	00	02
Eletricista (oficial especializado)	05	03	01	00	04
Impermeabilizador (oficial especializado)	00	00	02	01	01
Ajudante	25	11	16	08	19
Vigia/Porteiro (oficial)	02	01	02	01	02
Cantineiro (ajudante)	01	01	00	00	01
Guincheiro (oficial)	00	00	01	01	01
Empresas (Total)	75	26	41	15	41
Subempreiteiros (Total)	38	12	13	05	17
Total de pessoas	113	38	54	20	58

4.2.1 Perfil social dos operários da construção civil

a) Gênero: 100% dos operários da construção civil que foram entrevistados são do gênero masculino. Em nenhum dos dois canteiros de obras havia mulheres trabalhando, nem mesmo em cargos de gerência (estagiárias ou engenheiras). De acordo com os dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2003), as mulheres representam apenas 2,3% de um total de 5 milhões de pessoas ocupadas no setor da construção civil. Uma outra pesquisa realizada pelo DIEESE (2003) em Santa Catarina revela que, de um total de 296 trabalhadores entrevistados, havia por volta de 91% do gênero masculino. Diante dos números, confirmou-se o que chega a ser do senso comum, ou que há uma predominância do emprego do gênero masculino no setor da construção civil, o que pode vir a caracterizar uma exclusão social por gênero. Dada a importância do estudo do gênero no desenvolvimento humano das pessoas, também existe um *Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG)* e uma *Medida de Empoderamento do Gênero (IDG)*, que abordam a desigualdade de gênero na conquista de capacidades básicas e em oportunidades nas áreas econômicas e políticas (PNUD, 2005).

b) Habitação/local de moradia dos operários e o IDH do Município de São Paulo: Considerando que o propósito do desenvolvimento humano é a busca do bem estar das pessoas, partiu-se para uma análise das condições de vida do local de moradia dos operários entrevistados. Para tanto, foi realizada uma consulta ao trabalho publicado pela *Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do Município de São Paulo*, que estudou a desigualdade paulistana por meio do *Índice de Desenvolvimento Humano do Município – IDH-M*. O mapa do município de São Paulo ilustrado pela Figura 1 indica que 38 dos 96 distritos do município estão situados numa região africana (de baixo IDH, assim como a região indiana). A região européia foi considerada com alto IDH e a região asiática com médio IDH. A Figura 1 também destaca em “pontos circulares” o local de moradia da maioria dos operários entrevistados. Verifica-se, pela Figura 1, que uma boa parte dos operários (54%) vivem na periferia, nas regiões africanas e indianas; portanto, os mesmos podem apresentar um desempenho insatisfatório de desenvolvimento humano. De modo similar, Campos *et al* (2004) também destacam, no *Atlas da Exclusão Social no Brasil*, que as mesmas regiões, africana e indiana, ilustradas na Figura 1, são áreas de elevada exclusão social no município de São Paulo.

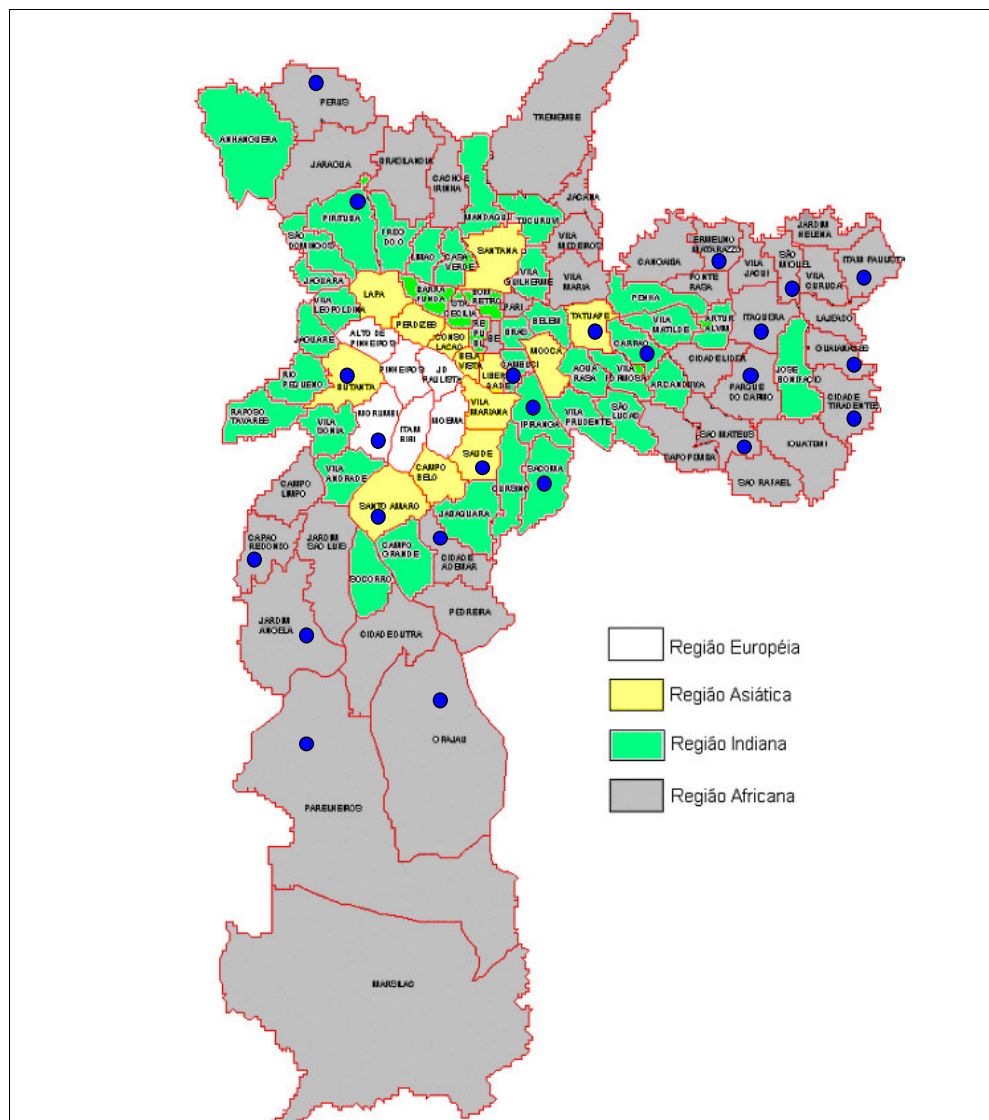


Figura 1 – Local de moradia dos operários entrevistados, majoritariamente em regiões de baixo desenvolvimento humano no município de São Paulo.

c) Distribuição por raça/etnia e ocupação: a amostra pesquisada indicou que existem nos dois canteiros de obras 19 afrodescendentes e 39 pessoas da raça branca, que estão distribuídos nas ocupações ilustradas na Figura 2. Pode-se notar que a participação dos afrodescendentes, embora represente um menor número na amostra, concentra-se em cargos de ajudantes e oficiais (pedreiros, carpinteiros, etc.). Segundo a Figura 2, há poucos afrodescendentes em cargos de gerência ou em serviços especializados.

d) Faixa etária e ocupação: a idade média do pessoal entrevistado nos dois canteiros de obras é de 34 anos de idade, variando de 18 a 55 anos de idade. O cargo de gerência ou encarregado é ocupado somente por maiores de 36 anos de idade (7% da amostra); no entanto, também foram encontrados por volta de 7% dos operários com mais de 35 anos de idade ocupando o cargo de ajudante nas obras.

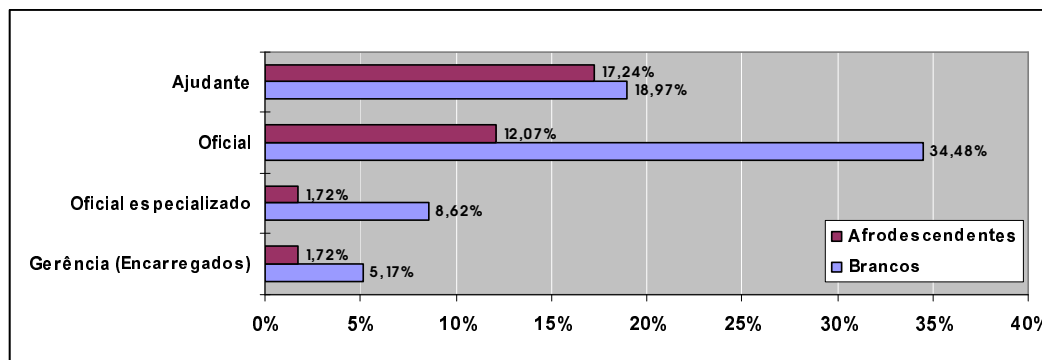


Figura 2 – Distribuição por raça/etnia e ocupação nos canteiros de obras.

4.2.2 Educação e Cultura

Conforme ilustra a Figura 3, percebe-se que há uma série de indicadores de educação & cultura que são importantes para ajudar a melhorar as condições de vida dos trabalhadores da construção civil e que estão sendo negligenciados. Por exemplo, por volta de 90% declararam não ter acesso à internet e ao computador (exclusão digital) e 48% são classificados como analfabetos funcionais. Um outro indicador não aparente na Figura 3, mas investigado durante a pesquisa de campo, é o de que 80% dos operários entrevistados declararam não ter completado o ensino fundamental. Os dados indicam similaridades com outras pesquisas de maior representatividade. Uma pesquisa realizada pelo DIEESE (1999), abrangendo seis regiões metropolitanas, revela que em São Paulo/SP a taxa de analfabetismo na construção civil chega a 12,7%; 6,6%, em Belo Horizonte/MG; 10,1%, no Distrito Federal/DF; 4,3% ,em Porto Alegre/RS; 16,1%, em Recife/PE; e 9,9%, em Salvador. O mesmo estudo ainda indica que a média de anos de estudo é de apenas cinco anos entre os operários. Uma outra pesquisa destaca que 35% das pessoas que trabalham em empresas construtoras paulistanas são consideradas “semiqualficadas”, sem cursos profissionalizantes; a mesma pesquisa ainda aponta para uma taxa de 46,1% de trabalhadores da construção civil com o ensino fundamental incompleto (Fundação SEADE, 2001). Os indicadores apresentados revelam que há um processo de exclusão social dos operários da construção civil no acesso à educação & cultura, validando, de certa forma, a hipótese apresentada.

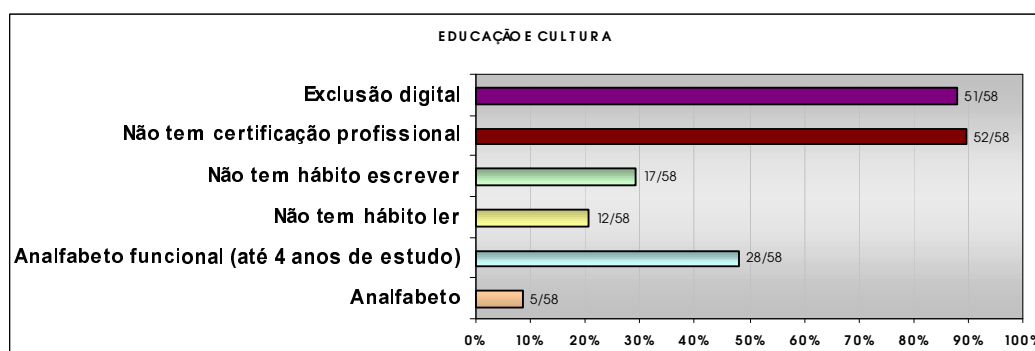


Figura 3 – Indicadores de educação & cultura dos operários entrevistados.

4.2.3 Trabalho e renda

Os resultados da pesquisa indicam pela Figura 4 que há um excesso de trabalho dos operários nas obras. As jornadas de trabalho declaradas são superiores às 44 horas regulamentadas. A média de trabalho semanal, por funcionário, foi calculada em 50 horas. Segundo o IBGE (2003), há em torno de 1,2 milhões de trabalhadores da construção civil que declararam trabalhar uma média de 49 horas semanais. O fato é que, devido ao seu baixo rendimento, os operários preferem ultrapassar os limites

estabelecidos por lei para obter uma renda extra. A renda média obtida pelos operários entrevistados, sem hora extra, é de R\$ 710,00 reais ou 2,4 salários mínimos, variando de R\$ 580,00 a R\$ 1.300,00. De acordo com a *Pesquisa Mensal de Emprego (PME)* realizada pelo IBGE (2003), o rendimento médio do trabalhador da construção civil é o menor entre oito setores analisados (comércio, serviços, extração mineral, etc.). Neste contexto e considerando os baixos índices de escolaridade dos operários da construção civil, a certificação profissional, proposta pelo *Ministério do Trabalho e Emprego*, pode valorizar a formação profissional e melhorar a empregabilidade do trabalhador. Um outro aspecto marcante no setor é a elevada rotatividade, observada há muitos anos (FARAH, 1992). A figura indica que por volta de 20% dos entrevistados declararam ter trabalhado em mais de 10 empresas – tempo médio de trabalho, por funcionário, foi estimado em 12 anos - e mais de 80% revelaram ter ficado desempregado. Um aspecto positivo é o registro em carteira de 100% dos operários entrevistados.

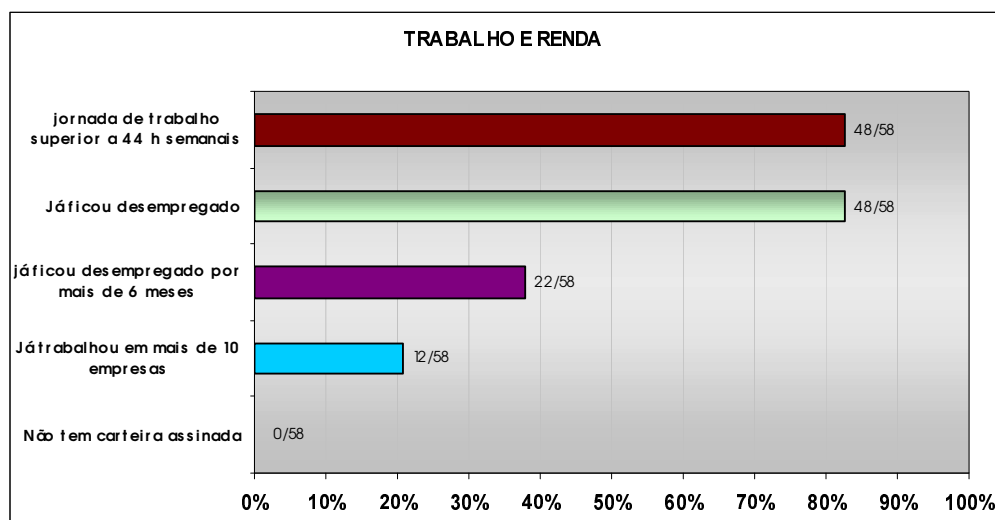


Figura 4 –Indicadores de trabalho & renda dos operários entrevistados.

4.2.4 Participação na comunidade/ambiente de trabalho

Participar da vida da comunidade e do ambiente de trabalho também é um aspecto importante para o desenvolvimento humano. Em outros termos, a questão política, a gestão participativa das pessoas e o envolvimento com a comunidade, assim como possuir uma renda, uma boa saúde e ser educado, favorecem o desenvolvimento humano. Diante disso, conforme ilustra a figura 5, ser pouco participativo em decisões tomadas pelos sindicatos, desconhecer a Convenção Coletiva do Trabalho e não escolher os seus governantes pode ser decisivo para o desenvolvimento humano.

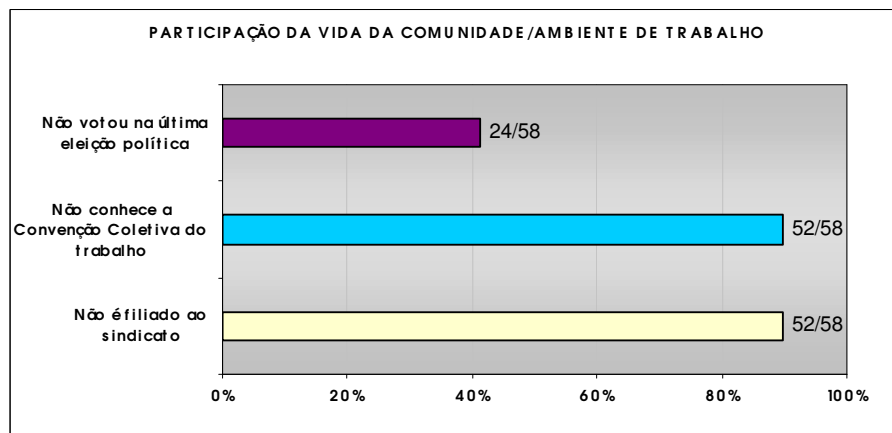


Figura 5 –Indicadores de participação da vida da comunidade/ambiente de trabalho.

4.2.5 Saúde e segurança

A saúde e a segurança dos trabalhadores da construção civil sempre foram uma preocupação do setor, diante de suas características de oferecer um ambiente de trabalho insalubre e perigoso e que ainda exige uma boa saúde para o esforço físico dos trabalhadores na execução de suas tarefas. Analisando a Figura 4 e fazendo uma correlação com os indicadores da Figura 6, percebe-se que a saúde é um aspecto frágil das condições de vida dos trabalhadores: a jornada de trabalho é, em média, de 50 horas semanais, 85% da amostra investigada não tem nenhum plano médico de saúde, 90% tem dificuldade de acesso aos serviços odontológicos e mais de 30% declararam ter problema de saúde.

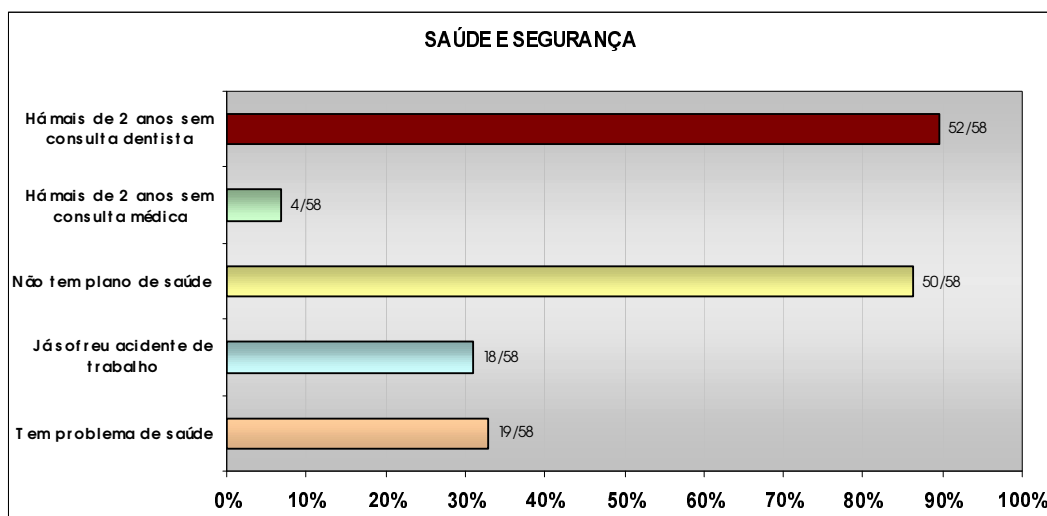


Figura 6 – Indicadores de saúde & segurança dos operários entrevistados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Privados de participar de forma intensa no meio social, econômico e político em que vivem, os trabalhadores da construção civil não conseguem desenvolver-se de forma plena, porque suas condições de vida e de desenvolvimento humano são precárias. Mesmo a amostra não sendo representativa do setor, por terem sido escolhidas empresas com nível de organização sabidamente da média, ela não conseguiu trazer informações que contradissem a hipótese de que há um processo de exclusão social dos operários da construção civil e que vem inibindo o seu desenvolvimento humano.

Acredita-se que o ambiente de trabalho influi nas condições de vida das pessoas e em seu desenvolvimento humano, de forma positiva ou negativa. Diante disso, estabelecer e afirmar uma política de gestão no ambiente de trabalho, alinhado ao conceito do desenvolvimento humano, pode ser decisivo para as condições de vida dos trabalhadores da construção civil.

Sob a abordagem do desenvolvimento humano, mais educação, cultura e informação ajudam as pessoas a fortalecer suas capacitações humanas e sua produtividade; pode favorecer a aquisição de maior renda; e, por último, pode ajudar na escolha inteligente entre diferentes tipos e padrões de vida que uma pessoa pode levar (SEN, 2000). O autor ainda argumenta que uma boa saúde é um ganho em si mesmo e ainda contribui tanto para a maior produtividade como para o incremento na habilidade de transformar rendimentos e recursos em boas condições de vida.

Melhor compreender como as abordagens do desenvolvimento humano e da exclusão social inserem-se na construção civil deve ser objeto de um estudo mais aprofundado e deve contar com o apoio das empresas do setor e de suas entidades. Embora educação, saúde, renda, moradia, etc. de seus empregados interessem a essas últimas por serem instrumentos de desenvolvimento empresarial, nunca se deve perder de vista que constituem os objetivos últimos da sociedade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPO, André; POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo; SILVA, Ronnie. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**, volume 2: Dinâmica e manifestação territorial – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2004.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDO SÓCIOS-ECONÔMICOS (DIEESE). **Indústria da construção civil de Jaraguá do Sul: diagnóstico e opinião dos trabalhadores**. 2003.
- DOWBOR, Ladislau. Gestão social e transformação da sociedade. In: **Razões e ficções do desenvolvimento**. Glauco Arbix, Mauro Zilbovicius, Ricardo Abramovay. São Paulo: Editora UNESP: EDUSP, 2001.
- FARAH, Marta Ferreira dos Santos. **Tecnologia, Processo de Trabalho e Construção Habitacional**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 297p, 1992.
- HAQ, Mahbub ul. **Reflections on Human Development**. New York: Oxford University Press, 1995.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – PAEP**, 2001. <http://www.seade.gov.br/produtos/paep>. Acesso em 15 de fevereiro de 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro, v.24, p.1-120, 2003.
- JAHAN, Selim. Evolution of the Human Development Index, in Fukuda-Parr, Sakiko e A. K. Shiva Kumar (eds.). **Readings in human development**. Oxford University Press, 2003.
- LIMONGI-FRANÇA, AC. **Indicadores Empresariais de Qualidade de Vida no Trabalho: esforço empresarial e satisfação dos empregados no ambiente de manufaturas com certificação ISO9000**. Tese de Doutorado. FEA/USP. 1996.
- MCGREGOR, Douglas. **O lado humano da empresa** - 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- NAHAS, Maria Inês Pedrosa; RIBEIRO, Carla Andréa; ESTEVES, Otávio de Avelar; MOSCOVITCH, Samy Kopit & MARTINS, Vera Lúcia Alves Batista. O Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte: metodologia de construção de um instrumento de gestão urbana. **Anais**, VIII Colóquio Internacional sobre o Poder Local. UFBA, Salvador, dezembro de 1999.
- POCHMANN, Márcio. **Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 2003.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano – Crescimento econômico e desenvolvimento humano**. <http://www.pnud.org.br>. Acesso em 3 de setembro de 2005.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano. Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual**. <http://www.pnud.org.br>. Acesso em 3 de setembro de 2005.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- THE WORLD BANK. **World Development Report 2006: Equity and Development**. Oxford University Press, 2005.

7. AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer as empresas EZTEC e ENGEFORM e seus 58 colaboradores; aos sociólogos e economistas da CEPLAN – Consultoria Econômica e de Planejamento do Recife/PE; e ao economista, professor da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais e diretor geral da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Afonso Henrique Borges de Ferreira.